



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

AUTÓGRAFO

Protocolo nº 1435 de 14/06/18

Livro nº 04 Flª 35/36

ASS. Vilmarina

PROJETO DE LEI Nº 005, de 14 de junho de 2018.

"Proíbe a comercialização de quaisquer itens, em escolas e instituições de ensino públicas municipais".

Autor: Júlio César da Silva Sereno.

Despacho da Presidência: A imprimir, e a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

A Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin, por seus representantes legais, com fulcro no Art. 14, XIII da Lei Orgânica Municipal e Art. 46 do Regimento Interno Cameral, **APROVA** e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte

LEI MUNICIPAL:

Art. 1º – Fica proibida a comercialização de itens de quaisquer naturezas, nos âmbitos e espaços físicos das escolas e instituições de ensino públicas municipais, ainda que a comercialização ocorra entre particulares.

Art. 2º – Excetua-se o comércio de rifas e outros itens, desde que de iniciativa dos alunos, e com o objetivo exclusivo de angariar fundos para atividades relacionadas à classe escolar nas quais se inserem, como formaturas, ações beneficentes e realização de eventos comemorativos.

Parágrafo único – A exceção prevista no artigo anterior se realizará mediante autorização prévia, por escrito, emanada pelo(a) Diretor(a) da instituição, na qual deverá constar, obrigatoriamente, estimativa de itens a serem comercializados, valor unitário, lapso temporal para comercialização, e evento ou ação a que serão revertidos os valores angariados.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 14 de junho de 2018.

APROVADO

Em 1ª Votação
Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Em 24/6/18

Júlio César da Silva Sereno

Vereador

PROVAV
Em 2ª Votação

Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin

Em 25/6/18



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1075 de 14 / 06 / 18

Livro nº 04 Flª 35136

ASS. Ilustrações

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura, tendo em vista a ocorrência reiterada – o que atesta o vereador que esta apresenta – de comércio indiscriminado em nossas escolas.

Para a maioria dos pais, a escola não é local para se comercializar produtos, principalmente aqueles fúteis que não colaboram para o enriquecimento educacional dos alunos, além de influenciar na desigualdade social, pois, em quase a totalidade dos alunos, entenda-se neste caso – os pais não tem condições financeiras de adquirir os itens oferecidos. A criança/adolescente não tem distinção apurada da economia familiar e, portanto, não consegue distinguir se seus pais poderão ou não ter condições de comprar o produto.

Sabemos que muitos diretores já limitavam este tipo de comércio, mas com a sanção desta Lei, eles terão o argumento necessário para preservar a ordem e o bom andamento do estabelecimento e, a partir de então, os direitos do professores terão embasamento legal para barrar qualquer tipo de comércio dentro das salas de aula.

Precisamos cuidar das nossas escolas e não deixarmos que elas virem um *nexo* rentável para o comércio irregular, induzindo nossas crianças ao consumismo.

Esclarecido o espírito e motivação da presente lei, o vereador que a propõe espera, ouvido o Plenário, que seja a mesma aprovada em seus integrais termos.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 14 de junho de 2018.

Júlio César da Silva Sereno

Vereador



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Eng.º Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Câmara Municipal de Eng.º Paulo de Frontin

Protocolo nº 2076 de 21 / 06 / 18

Livro nº 04 Fl.ª 35136

ASS. [Assinatura]

AUTÓGRAFO

PROJETO DE EMENDA MODIFICATIVA N.º 001 AO PROJETO DE LEI N.º 005/2018.

Ementa: Adiciona-se a palavra *professores* ao texto do art. 2º do Projeto de Lei nº 005/2018.

Autoria: Júlio César da Silva Sereno.

Despacho: A imprimir e a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

O Vereador Júlio César da Silva Sereno, no uso de suas atribuições legais, propõe a seguinte Emenda Modificativa:

Artº 1º - Adiciona-se a palavra “professores” ao texto original do artigo 2º do Projeto de Lei nº 005/2018, de autoria do vereador Júlio César da Silva Sereno, a seguir:

“Art. 2º - Excetua-se o comércio de rifas e outros itens, desde que de iniciativa dos alunos e **professores**, com o objetivo exclusivo de angariar fundos para atividades relacionadas à classe escolar nas quais se inserem, como formaturas, ações beneficentes e realização de eventos comemorativos.”

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua aprovação, e passará a incorporar o texto original do Projeto de Lei nº 005/2018.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 21 de junho de 2018.

Júlio César da Silva Sereno
Autor

JUSTIFICATIVA

Por um lapso, ao confeccionar o projeto, deixou-se de digitar a palavra “professores” no corpo do texto original, conforme disposto nesta proposta, em tramitação nesta Casa.

CANCELADO

21 / 6 / 18



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

AUTÓGRAFO

PROJETO DE LEI Nº 005, de 14 de junho de 2018.

“Proíbe a comercialização de quaisquer itens, em escolas e instituições de ensino públicas municipais”.

Autor: Júlio César da Silva Sereno

A Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin, por seus representantes legais, com fulcro no Art. 14, XIII da Lei Orgânica Municipal e Art. 46 do Regimento Interno Cameral, **APROVA** e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte

LEI MUNICIPAL:

Art. 1º – Fica proibida a comercialização de itens de quaisquer naturezas, nos âmbitos e espaços físicos das escolas e instituições de ensino públicas municipais, ainda que a comercialização ocorra entre particulares.

Art. 2º – Excetua-se o comércio de rifas e outros itens, desde que de iniciativa dos alunos e professores, com o objetivo exclusivo de angariar fundos para atividades relacionadas à classe escolar nas quais se inserem, como formaturas, ações beneficentes e realização de eventos comemorativos.

Parágrafo único – A exceção prevista no artigo anterior se realizará mediante autorização prévia, por escrito, emanada pelo(a) Diretor(a) da instituição, na qual deverá constar, obrigatoriamente, estimativa de itens a serem comercializados, valor unitário, lapso temporal para comercialização, e evento ou ação a que serão revertidos os valores angariados.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Engenheiro Paulo de Frontin, RJ, 14 de junho de 2018.

APROVADO

Em 1ª Votação
Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin
Em 01/6/18

Júlio César da Silva Sereno
Vereador

APROVADO
Em 2ª Votação
Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin
Em 05/6/18
Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL,
COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Projeto de LEI 005/2018.

Ementa: Projeto de Lei N° 005/2018 que proíbe a comercialização de itens de quaisquer naturezas, em escolas e instituições de ensino públicas municipais.

Os Presidentes das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Comissão de Saúde, Educação e Assistência, com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPF, apresentam as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei N° 005/2018, de iniciativa do vereador Júlio César da Silva Sereno, que proíbe a comercialização de itens de quaisquer naturezas, em escolas e instituições de ensino públicas municipais, e dá outras providências.


Mérito

Quanto ao mérito, diante do que consta no projeto de Lei, à apreciação destas Comissões, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento deste Relator, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação da matéria por estas comissões.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o voto. Aos demais pares das Comissões,
Plenário da Câmara, 21 de Junho de 2018.


Alex Papa Alves
Presidente das C.L.J.R.F


Rosângela de Carvalho Passos Goda
Presidente da C.S.E.A.


Jefferson Adriano Gomes Moreira


Sandra Regina Gil


Gilda de Souza Gil



Andamento Processual

Processo nº CM 1445/2018 Data 14/06/18
Origem Legislativo Processo nº _____
Assunto Projeto de Lei nº 005/2018
Prazo _____ Terminado do Prazo _____

Despacho

Da Secretaria da Câmara para expediente Data: ____/____/____
Rubrica: _____

Recebido pela Mesa em ____/____/____
Da Mesa para: _____ Em: ____/____/____

Recebido pela Comissão em ____/____/____ Rubrica: _____

Convocada reunião da Comissão para: ____/____/____ às ____ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: ____/____/____

Da tramitação em Plenário:

Andamento do Processo

Encaminhado para comissão de LTRF e comissão
de SEP em 14/06/18

Foi aprovado por unanimidade em primeira votação
no dia 21 de junho de 2018.

Foi aprovado por unanimidade em segunda votação
no dia 25 de junho de 2018.